

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DE POLICIAIS MILITARES ENVOLVIDOS EM OCORRÊNCIAS COM USO DE FORÇA LETAL NO ESTADO DE ALAGOAS: UMA ANÁLISE DO ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO

Valdécio Neves do Nascimento

Curso de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho

Faculdade Integrada Tiradentes – UNIT

valdecionascimento@hotmail.com

RESUMO

Com o advento da nova carta, ficou claro aos policiais militares a necessidade de ser estabelecida uma nova forma de atuação, pois a mudança constitucional impunha uma revisão de procedimentos buscando melhorar a qualificação profissional por integrantes da Polícia Militar de Alagoas (PMAL). Ao se abordar sobre a importância do acompanhamento psicológico de policiais militares envolvidos em ocorrências com uso de força letal no estado de Alagoas, através da análise do estresse pós-traumático, tem-se como objetivo analisar quais as políticas adotadas pelas Polícias Militares quanto ao acompanhamento de policiais militares que se envolvem em ocorrências em que há a necessidade de uso de força letal e como podemos exercer tais ações na Polícia Militar de Alagoas. O método de construção desta pesquisa será o dedutivo, através de uma pesquisa aplicada e com uma abordagem do problema através de pesquisa qualitativa. A pesquisa terá uma finalidade explicativa, desenvolvida através de pesquisa bibliográfica. Do que foi constatado verifica-se que o estresse é um fenômeno que atinge muitos profissionais na área de segurança pública, e a Corporação tem a obrigação de zelar pela saúde destes profissionais, apoiando o Centro de Assistência Social (CAS) da PMAL com estrutura logística e profissional para que possa desenvolver trabalhos no tocante à temática deste estudo.

Palavras-Chave: Uso de Força Letal; Acompanhamento Psicológico; Estresse Pós-Traumático.

INTRODUÇÃO

Com o advento da nova carta, ficou claro aos policiais militares a necessidade de ser estabelecida uma nova forma de atuação, pois a mudança constitucional impunha uma revisão de procedimentos buscando melhorar a qualificação profissional por integrantes da Polícia Militar de Alagoas.

O policial militar que é exposto ao confronto armado, em que faz a utilização do último recurso do gradiente do uso de força, é exposto a um alto grau de estresse, devendo para tanto ter o devido acompanhamento.

Ao se abordar sobre a importância do acompanhamento psicológico de policiais

militares envolvidos em ocorrências com uso de força letal no estado de Alagoas, através da análise do estresse pós-traumático, buscou-se responder se a falta de acompanhamento psicológico aos policiais militares que se envolvem em ocorrências com necessidade do uso de força letal resulta no aumento de ações violentas no atendimento ao cidadão?

Acredita-se que existe carência de acompanhamento psicológico dos policiais militares envolvidos em ocorrências com uso de força letal causa um aumento deste recurso por nossos profissionais, por não haver na Polícia Militar de Alagoas um trabalho com psicólogos direcionado aos policiais militares que se envolvem em ocorrências em que há a necessidade de uso de força letal.

O objetivo desta pesquisa foi analisar qual a atual política adotada pela Polícia Militar de Alagoas quanto ao acompanhamento de policiais militares que se envolvem em ocorrências em que há a necessidade de uso de força letal.

O método de construção desta pesquisa será o dedutivo, através de uma pesquisa aplicada e com uma abordagem do problema através de pesquisa qualitativa. A pesquisa terá uma finalidade explicativa, desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, sendo acrescida de informações colhidas junto ao Centro de Assistência Social (CAS), da Polícia Militar de Alagoas, sobre os trabalhos desenvolvidos por aquele setor sobre a temática desta pesquisa.

O USO PROGRESSIVO DA FORÇA

A Polícia Militar está autorizada a utilizar da força quando necessário, pois representa o Estado e protege a sociedade. Veja-se, primeiramente, o conceito de força, Fraga (2006, p. 7) definem como “toda intervenção compulsória sobre o indivíduo ou grupos de indivíduos, reduzindo ou eliminando sua capacidade de autodecisão”.

Quando a Polícia Militar necessitar utilizar de sua força, devem-se observar quatro princípios: o da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade e conveniência.

O princípio da legalidade é considerado como sendo o princípio que rege os atos administrativos, praticados pelo Estado. Exige ele que a administração pública somente poderá fazer ou deixar de fazer algo, desde que no estrito cumprimento dos ditames da lei. Todo policial como agente público, somente pode atuar dentro da previsão legal e no estrito cumprimento do dever legal (LIMA, 2007).

O princípio da necessidade se foca no objetivo a ser atingido, naquele momento

específico, verificado o seu fato gerador para atuação policial militar. É o princípio técnico que orienta a ação policial, onde a análise do risco à vida ou à integridade física dos agentes policiais envolvidos na ocorrência, será o parâmetro fundamental para a tomada de decisão (LIMA, 2007).

O princípio da proporcionalidade é o nivelamento da resposta em decorrência da resistência, a ação policial estará moderada com relação à gravidade do delito. Consiste ainda, no emprego dos meios compatíveis aos utilizados pelo agressor ou ação do mesmo, em nível suficiente para conter a ação ou superar estes meios (LIMA, 2007).

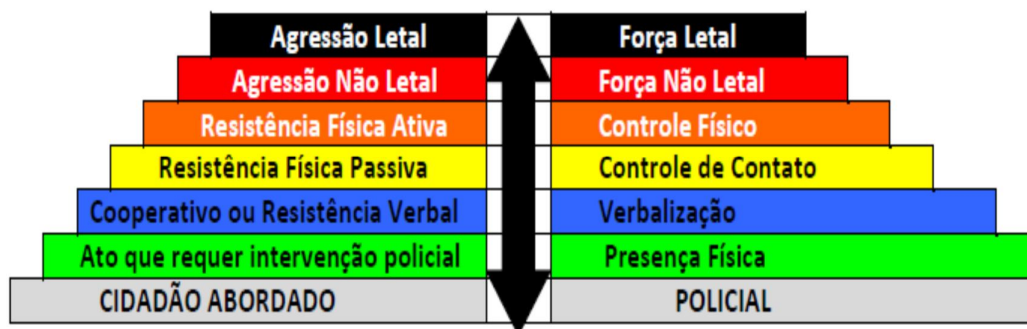
Por fim, o princípio da conveniência possui correlação com uma análise minuciosa do lugar encontrado e de suas especificidades, ato consciente, dentro do discernimento adequado, está relacionado principalmente com os direitos humanos. Importante salientar, as questões de natureza ética, que, juntamente com os princípios dos direitos humanos, devem ser parte importante no treinamento, sendo que esta qualificação deve preparar os policiais para o uso de alternativas de força, incluindo soluções pacíficas, que podem reduzir consideravelmente a possibilidade de confronto.

Para Moreira e Corrêa (1998 *apud* Lima et. al., 2000, p. 57) o uso progressivo da força “é a seleção adequada de opções de força pelo policial, em resposta ao nível de submissão do indivíduo suspeito ou infrator a ser controlado”.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) informa que “os modelos de uso progressivo da força surgiram para orientar o policial sobre a ação a ser tomada a partir das reações da pessoa flagrada cometendo um delito, ou até mesmo em atitude suspeita quando questionada” (BRASIL, 2007, p. 1).

Nesse norte, a Polícia Militar estuda diversos modelos de escalonamento do uso da força. Este modelo foi adaptado do chamado FLECT e reorganizado ante as peculiaridades desta corporação barriga verde, observa-se então a representação gráfica deste modelo:

Figura 1 - Pirâmide de Emprego de Força



Fonte: Rosa, 2010, p. 22

O emprego do uso da força em abordagem somente é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga e, no caso de resistência por parte de terceiros, faculta que sejam usados os meios necessários para vencê-la ou para defesa do executor e auxiliares seus, inclusive a prisão do ofensor.

O artigo 234, “caput”, do Código de Processo Penal Militar, define:

Art. 234 – o emprego da força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga. Se houver resistência da parte de terceiros, poderão ser usados os meios necessários para vencê-lo ou para defesa do executor e auxiliares seus, inclusive a prisão do defensor. De tudo se lavrará auto subscrito pelo executor e por duas testemunhas.

O Código de Processo Penal, em seu artigo 284, faz menção a emprego da força, definindo que só será permitido seu emprego no caso de resistência ou tentativa de fuga pelo preso.

O CONFRONTO ARMADO

As sequelas emocionais para um policial militar que mata no cumprimento do dever podem ser traumáticas. Embora seja difícil estimar quantos policiais deixaram a polícia ao surgir este trauma, a maioria dos peritos concorda que perdemos muitos policiais nos anos seguintes a um tiroteio.

No entanto, nem todo policial envolvido em tiroteio experimenta uma reação traumática. Aproximadamente um terço tem uma reação leve, um terço tem uma reação moderada e um terço tem uma reação severa.

Cada policial reage às consequências emocionais de um tiroteio de uma forma específica. Isto se dá de acordo com vários fatores, conforme descrito por Souza e Minayo (2005, p. 33):

[...] a sensação de vulnerabilidade; intensidade de ameaça à vida no incidente; quantidade de controle sobre a situação; expectativa em relação a situações de tiroteio; proximamente em relação ao suspeito; quão sangrento foi o tiroteio; reputação do suspeito (por exemplo, assassinato versus adolescente assustado); sensação “de justiça” (por exemplo, atirar numa pessoa que usou o policial para cometer suicídio é considerado injusto e produz revolta policial).

A experiência traumática surge quando o policial depara-se com uma situação que põe em perigo a sua vida ou de outrem, e que em dado momento, não lhe resta alternativa senão usar a força extrema ou força mortífera.

Muitos são os fenômenos fisiológicos, emocionais e psicológicos que o cercam neste momento, pois durante esses breves momentos de ápice de stress, tais fenômenos influem diretamente em suas ações e atitudes (GUIMARÃES, 1999).

Por exemplo, é bastante comum experimentar distorções de percepção. Cerca de quatro em cada cinco policiais envolvidos em um tiroteio experimentaram distorção de tempo. Usualmente, o tempo fica lento e os acontecimentos parecem ocorrer em câmera lenta (OLIVEIRA et. al., 2000).

Para outros, o tempo fica acelerado. Distorções auditivas são experimentadas por dois em cada três policiais envolvidos em tiroteio. Para a maioria, o som diminui. Um policial pode não ouvir todos os disparos feitos ou pode não perceber quantos disparos foram feitos.

Outros experimentam um som intensificado, os disparos de revólver ou pistola soam como de canhões. Distorções visuais ocorrem cerca de metade das vezes. Os policiais podem experimentar visão de túnel e uma sensação ampliada de detalhe.

A fase de erupção do choque começa quando acaba o tiroteio. Um policial pode experimentar alguns minutos de sintomas de choque, tais como tremores, choro, náusea, hiperventilação e assim por diante.

Essas são reações de estresse que ocorrem algumas vezes quando se passa por uma situação de alto impacto, e não são sinais de fraqueza.

Inicialmente, um policial pode ficar atordoado, desatento e perturbado. Pode haver um sentimento de descrença ou de dificuldade em compreender a realidade ou significado do que acaba de acontecer. Pode ser difícil concentrar-se e lembrar-se em detalhes.

Durante algumas horas ou mesmo alguns dias, o policial pode ficar com a “adrenalina alta” e superestimulado, deixando-o tenso, ansioso, agitado ou irritadiço. Esta alta de adrenalina pode fazer com que seja difícil dormir durante esta fase.

A partir deste período, os policiais podem sofrer muitos tipos de reações, que,

embora sendo normal, faz alguns se sentirem perdendo o controle emocional ou “ficando maluco”.

Para Franco (2002, p. 35), algumas das reações mais comuns são:

- 1) Sensação aumentada de perigo/vulnerabilidade;
- 2) Medo e ansiedade em relação a confrontos futuros;
- 3) Raiva/revolta;
- 4) Pesadelos;
- 5) Recordações/pensamentos intrusos sobre o incidente;
- 6) Dificuldade para dormir;
- 7) Depressão;
- 8) Culpa
- 9) Insensibilidade emocional em relação aos outros;
- 10) Dificuldades sexuais;
- 11) Reações de stress (por exemplo, dores de cabeça, indigestão, dores musculares, insônia, diarreia, prisão de ventre);
- 12) Reações de ansiedade (por exemplo, dificuldade de concentração, preocupação excessiva, irritabilidade, nervosismo);
- 13) Problemas familiares.

O ESTRESSE PROFISSIONAL

Silva *apud* Lima et. al. (2000, p. 55), assim aponta como fatores causadores de estresse profissional:

[...] metas inatingíveis, chefias mal preparadas, comunicação deficiente, administração inadequada, falta de treinamento adequado, deficiência de material de trabalho, indefinição quanto ao futuro da empresa, objetivos não claros por parte da organização, condições ambientais de trabalho inadequadas, órgão de recursos humanos ausentes ou controlados.

Sendo o policial um cidadão como todos, como membro de uma sociedade que exerce diversas pressões sobre os indivíduos ele está sujeito ao estresse como qualquer outro homem.

Entretanto, a essas pressões, comuns aos cidadãos em geral, somam-se as pressões inerentes à atividade policial em si mesma: o risco de vida, o trato com a criminalidade, situações de violência – muitas vezes extrema –, de descaso com a vida, com a integridade pessoal, abusos de poder, dentre outras.

Assim sendo, percebe-se que o policial, mais que o comum dos cidadãos, convive com condições perpassadas por fontes de estresse, que podem ser desencadeadoras de enfermidades, como as já anteriormente descritas.

Tais afirmações já haviam sido detectadas em estudos realizados na corporação, em específico no trabalho “O estresse Policial e as Atividades policiais Militares”, Lima, et al. (2000, p. 78), concluíram que “50,85 % dos policiais militares pesquisados apresentavam sintomas psicossomáticos do estresse, necessitando de acompanhamento especializado, dentre estes sofrem mais os militares que desempenham atividade de alto risco”.

Em um quadro mais recente, em um trabalho desenvolvido no Batalhão de Polícia de Radiopatrulha no ano de 2008, constatou-se que “[...] 62,3% dos policiais militares daquela unidade apresentavam sintomas de estresse laboral”. (MENEZES, CASTRO, 2011, p. 56).

Características do Transtorno do Estresse Pós-Traumático

Filho e Sougey (2004 *apud* Dantas et. al., 2010, pp. 222) explicam que segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – IV), o Transtorno do Estresse Pós-Traumático é entendido como “uma perturbação psíquica decorrente de um evento traumatizante (ameaça à integridade física do próprio indivíduo ou sendo esse apenas uma testemunha do fato)”.

A perturbação psíquica compreende um tipo de recordação – ou revivescência – do trauma, sob forma de lembranças intrusas, pesadelos, afastamentos de outras pessoas, medo e evitação de situações que relembrem o evento traumático. A característica fundamental do Transtorno do Estresse Pós-Traumático – e que o diferencia dos demais transtornos de ansiedade – é que ele é decorrente de um acontecimento psicologicamente doloroso, que está fora da faixa habitual da experiência humana (BITTNER, 2007).

Barlow (1998 *apud* Lima et. al., 2000, p. 79-80) afirma que:

O Transtorno do Estresse Pós Traumático, é uma experiência psicologicamente dominante que retém seu poder de evocar pânico, terror, pavor, apreensão, aflição ou desespero, manifestos em fantasias diurnas, pesadelos traumáticos e reconstituições psicóticas conhecidas como flashbacks do Transtorno do Estresse Pós-Traumático.

Segundo o Manual Americano de Doenças Mentais (DSM-IV) ou pelo Código de

Internacional de Doenças (CID – 10) da Organização Mundial da Saúde apresentado por Barlow (op. cit.), corroborado pelos estudos apresentados por Dantas et al (2010, p. 67-73), cita que após um enfrentamento armado, o policial pode ser submetido a alguns traumas:

1) Sintomas de Reexperiência - Significa que o policial continua a ter as mesmas sensações emocionais, mentais e experiências físicas ocorridas durante ou depois do trauma. Isto inclui pensamento sobre o trauma, vendo imagens do evento, sentimento agitado e tendo as mesmas sensações físicas ocorridas durante o trauma.

2) Sintomas de Vacância – Está associado ao policial vitimado por um trauma e seu desejo de rejeitar os fatos que aconteceram no incidente crítico. Isso lhe provoca sofrimento, portanto pensamento sobre o trauma e sentindo-se como se estivesse em perigo ou em situação perturbadora, a pessoa deseja evitar lembranças.

3) Sintomas de Intrusão – Muitos policiais apresentam sintomas de intrusão sem apresentar desordens do estresse pós-traumático completo. São esses sintomas: Recordações aflitivas, recorrentes e intrusivas do evento, incluindo imagens, pensamentos e percepções; Sonhos aflitivos recorrentes com o evento; Agir ou sentir-se como se o evento traumático estivesse ocorrendo novamente (inclui um sentimento de revivência da experiência, ilusões, alucinações e episódios de flashbacks dissociativos).

4) Sintomas de Estimulação – É o mais grave de todos, pois se constitui em um trauma severo que pode causar no policial a sensação de permanente risco, mantendo-o em permanente sobressalto ou estado de guarda. Os sintomas de estimulação são os seguintes: Irritabilidade ou explosões de raiva, dificuldade de concentração, hipervigilância e dificuldade de dormir.

Programas de Prevenção ao Estresse

Warren e Ingram (1999 *apud* Dantas et. al., 2010, p. 77) afirmam que, nos Estados Unidos da América, mais de 17.000 Departamentos Policiais utilizam programas para dissolver os efeitos debilitantes do estresse. Usam psicólogos, oficiais treinados ou consultores externos para ensinar seus policiais.

Segundo Bratz (2000 *apud* Dantas et. al., 2010, p. 80), “o estresse ocupacional é constante, e se for deixado sem controle, pode rasgar o tecido policial. Estas pressões podem tornar-se uma doença progressiva e corrosiva, que lentamente solapará a eficiência e o potencial da força policial”.

Bratz (2000 *apud* Dantas et. al., 2010, p. 82) coloca cinco abordagens para a administração do estresse policial, apresentadas a seguir:

a) Unidade de estresse: Utilizada em grandes departamentos visa a estabelecer uma unidade especial com responsabilidade perspicua de apoiar os indivíduos necessitados. Usam policiais treinados em procedimentos e técnicas de aconselhamento e com conhecimento para reconhecer os problemas sérios (não precisam ser psicólogos ou psiquiatras). Visa a desafogar frustrações pessoais, onde o policial fala sobre os seus problemas como um "bom servidor", e isto, em si pode aliviar as tensões nascentes;

b) Psicólogo/Psiquiatra do Departamento: Contratação de psiquiatras/psicólogos para prestarem serviços aos departamentos;

c) Teste psicológico periódico: Estabelecimento de processo rotineiro de testes psicológicos, intervalados por 2 ou 3 anos. Visa a identificar os policiais que estão alcançando os limites máximos e auxiliar os administradores a procurar as soluções apropriadas. A entrevista pode ajudar a compor melhor o perfil do policial, seja para reforçar ou rejeitar os resultados dos testes. O policial não deve ser forçado a receber ajuda;

d) Seminário de estresse: O programa pode ser instituído a todos os policiais do Departamento, através de escalas de treinamento regional ou na própria Academia de Treinamento. São usados profissionais nos campos do alcoolismo, drogas, aconselhamento matrimonial, psicologia, psiquiatria e medicina. Os temas são discutidos em pequenos grupos onde os policiais podem comparar suas experiências. Um programa como este torna os oficiais conscientes de que os problemas do estresse existem na profissão policial e ajuda-os a reconhecer vários indicadores;

e) Exercícios físicos: A corrida, a natação, entre outros, são meios valiosos para liberar o estresse reprimido, além de aumentar a aptidão física, através do condicionamento do sistema cardiovascular.

Santos (1994 *apud* Lima et. al., 2000, p. 67) afirma que as soluções para o estresse são programas (esforços constantes e conscientes) que se enquadrem num ou vários padrões, tais como:

- a) Programas individuais e programas empresariais;
- b) Programas a curto e longo prazo;
- c) Programas de remoção, de prevenção ou alívio do estresse.

O desenvolvimento de estudos sobre o estresse policial e a implantação de programas de vazão e tratamento das tensões reprimidas são garantias de bem estar

social da família do policial militar, do gozo de boa saúde e boa qualidade de vida do próprio servidor, como também o sucesso da Organização.

CONCLUSÃO

Foi visto que o estresse é uma das principais doenças dos dias atuais, que vem sendo dimensionado o seu poder de atuação no desenvolvimento das atividades organizacionais.

Atualmente o estresse não é visto apenas como prejudicial ao trabalhador, mas principalmente à organização que despendem altos custos em absenteísmo, acidentes, doenças, conflitos, abandono e desinteresse, verificado em todos os níveis de trabalho.

No ambiente de trabalho o estresse atua sob a dependência de uma série de fatores que vão desde o ambiente físico, o ambiente social e suas relações com a resposta emocional do trabalhador, bem como fica entendido que as reações a estes fatores dependem da personalidade, experiência individual e expectativas em relação ao trabalho.

Avaliando o trabalho do policial militar constatou-se que estes estão expostos aos agentes estressores estudados, uma vez que lidam constantemente com questões complexas e desgastantes, afora outros tantos fatores oriundos da remuneração e da ausência de apoio e solidariedade dentro da corporação.

Este estudo não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas, sim, de cumprir com o nosso dever em prol de melhor qualidade de vida aos nossos colegas de farda, e melhor segurança da sociedade alagoana.

Pelas evidências discutidas e apresentadas neste estudo, sugerem-se as seguintes medidas ao Comando da Polícia Militar de Alagoas:

a) Incentivo ao trabalho já desenvolvido pelo Centro de Assistência Social da PMAL no levantamento do nível de estresse dos policiais militares das demais Unidades da Corporação;

b) Designação de profissionais habilitados para diagnóstico, tratamento e acompanhamento permanente do estresse nos PMs que atuam principalmente na operacionalidade e em situações de confronto armado;

c) Realização de uma análise psicológica, para a indicação do caminho diagnóstico mais indicado para a prevenção e tratamento do estresse na PMAL;

d) Criação de um programa de acompanhamento de PMs envolvidos em

ocorrências de alto risco, semelhante ao que já existe em outras Polícias Militares;

e) Realização de estudos mais aprofundados, visando indicar as causas do estresse nos policiais militares, especialmente naquelas atividades-policiais militares que apresentam maior índice de estresse.

Com isso, faz-se necessário, portanto, a adoção de medidas no sentido de possibilitar ações preventivas e de tratamento psicológico na Polícia Militar de Alagoas, com uma melhor estrutura dos órgãos responsáveis por tal missão e estabelecimento de normatização para funcionamento e aplicação das avaliações, e o posterior acompanhamento de nossos profissionais.

REFERÊNCIAS

BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. Série Polícia e Sociedade; nº 8/ Organização: Nancy Cardia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

BRASIL, Secretária Nacional da Segurança Pública – SENASP. **Uso Legal da Força**. Ministério da Justiça, 2007.

DANTAS, Marilda Aparecida; BRITO, Denilza Vitar Cantarino; RODRIGUES, Pâmela Batista; MACIENTE, Tiago Silvério. **Avaliação de Estresse em Policiais Militares. Psicologia: Teoria e Prática**. Belo Horizonte, 2010.

FRAGA C. K. **Peculiaridades do trabalho policial militar**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº6, dez 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fabio/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1033/812>>. Acesso em 18 nov. 2014.

FRANCO, Paulo Ricardo Pinto. **Técnicas policiais: uma questão de segurança**. Porto Alegre: Gráfica e Editora Santa Rita, 2002.

GUIMARÃES, A. F. **O contrato de trabalho do policial militar**. Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, Florianópolis, v. 3, n. 17, mai./jun. 1999.

LIMA, Augusto Mamede; SOUZA, Carlos André Barbosa; MELICH, Klaus Matheus. **O estresse policial e as atividades policiais militares**. 2000. Monografia (Curso Avançado de Administração Policial Militar). Porto Alegre: Academia de Polícia Militar, 2000.

LIMA, João Cavalim de. **Atividade Policial e o Confronto Armado**. Curitiba: Juruá, 2007.

MENEZES, Dalmo dos Santos; CASTRO, Emerson Câmara. **A importância da Avaliação dos Níveis de Estresse Ocupacional dos Policiais Militares da Unidade Operacional de Radiopatrulhamento**. 2011. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais). Maceió: Academia de Polícia Militar, 2011.

OLIVEIRA, César Augusto Ribeiro de; BICCA, Fernando Carlos; CAMPOS, Sérgio Flores de. **Graus de estresse dos cabos e soldados do 3º RPMon: Estratégias utilizadas para controle.** 2000. Monografia (Curso Avançado de Administração Policial Militar). Porto Alegre: Academia de Polícia Militar, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10:** Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre. Artes Médicas, 1993.

ROSA, Aurélio José Pelozato. **Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva.** Polícia Militar de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. de S. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2005.